

Empresários querem a construção de áreas que possam abrigar restos de materiais da construção civil, determinação prevista em lei

CORREIO BRAZILIENSE



INTEGRANTES DAS EMPRESAS COLETORAS DE ENTULHO LEVARAM 60 CAMINHÕES PARA A FRENTE DO BURITI: REUNIÃO AGENDADA PARA A PRÓXIMA SEMANA

Lugar para os entulhos

CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

Cerca de cem integrantes da Associação das Empresas Coletoras de Entulho e Similares do Distrito Federal (Ascoles) reivindicam áreas apropriadas para descarregar entulhos da construção civil. As 6h de ontem, eles estacionaram 60 caminhões em frente ao Palácio do Buriti, às margens do Eixo Monumental. A manifestação rendeu uma reunião com o assessor especial da Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar), Valteni Souza. Não foram apontadas soluções para o problema, mas um novo encontro — desta vez com a presença da vice-governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, e representantes de outros órgãos do governo local — foi marcado para o final da próxima semana.

A falta de aterros para resíduos sólidos perturba as empresas do ramo há 12 anos. Elas são obrigadas a utilizar o descampado da Vila Estrutural, também conhecido como Lixão, como destino final das quatro mil toneladas de entulho produzidas por dia pelas obras no DF. E reclamam das más condições do local. De acordo com o presidente da Ascoles, Paulo Roberto Gonçalves, o depósito da invasão padece com a falta de segurança, o acesso precário e a longa distância. “Tanto

que o Governo do Distrito Federal (GDF) avisou que o aterro será fechado no prazo de cinco meses. Quando isso acontecer, a situação deve piorar ainda mais.”

Publicada em janeiro do ano passado, a Lei 3.296, do deputado distrital Odilon Aires (PMDB), previa a criação de aterros em cada uma das regiões administrativas do DF. O prazo para cada uma delas indicar a área apropriada venceu dia 18 de fevereiro de 2004. “Até hoje não tivemos notícias da construção de qualquer outro depósito de resíduos sólidos”, afirmou Paulo Roberto. “Não entendemos como um assunto de interesse do governo pode demorar tanto para ser resolvido.” O DF conta com 20 empresas coletoras de entulhos da construção civil. Uma frota com cerca de 80 caminhões distribui mais de três mil contêineres pelas construções da cidade.

Na ânsia de encontrar soluções para a falta de aterros, a Ascoles procurou diversos órgãos do governo — Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau), Belacap, Sucar. “Cada uma joga o problema para a outra. E no final das contas ninguém resolve nada”, reclamou Paulo Roberto.

Depois de se reunir com uma comissão formada por integrantes da Ascoles, o assessor especial da Sucar, Valteni Souza, ex-

plicou que encontrar um destino para os resíduos sólidos não é tarefa para apenas uma secretaria do GDF. “Na semana que vem, todos os órgãos envolvidos estarão reunidos com a associação e com a vice-governadora, Maria de Lourdes Abadia”, garantiu. “Discutiremos não só a construção dos aterros, mas também a criação de usinas para reciclagem dos entulhos.”

Jogo de empurra

Os próprios órgãos do GDF parecem não saber quem cuidará da questão. Segundo o subsecretário da Sefau, José da Luz Araújo, é a Belacap quem cuida da fiscalização dos aterros ilegais. “A Sefau só atua quando há um pedido de parceria feito pela Semarh. E, até então, não houve nenhum.” Mas, de acordo com o diretor de operações da Belacap, Expedito Apolinário, a responsabilidade pela criação de áreas de depósito de entulho é da Sucar. “A Belacap é um órgão executor”, explicou. “Estamos na mesma situação da Ascoles — jogamos os resíduos sólidos no Lixão da Estrutural.”

O secretário da Sucar, Vatanábio Brandão, avisa que quem au-

toriza a reserva de área para aterro é a Secretaria de Meio Ambiente. “Não há nada que possamos fazer, a não ser pedir urgência na solução do problema”, lamentou. “A Semarh diz que o processo está em análise. Mas a questão precisa ser resolvida rapidamente pois o volume de resíduos sólidos é muito grande.”

O secretário de Meio Ambiente, Antônio Raimundo Gomes Silva Filho, assume o papel de fiscalizar os depósitos ilegais e conceder licença ambiental para a criação dos aterros. “Contratamos uma empresa para fazer estudos de impacto ambiental. E já temos uma área apropriada”, comemorou. O local, que deve ser liberado para receber resíduos sólidos em cerca de três meses, está localizado na Guariroba, em Ceilândia. “Até amanhã (hoje) a Terracap deve aprovar o local.” Ele ressaltou ainda que a questão prioritária é acabar com o aterro da Estrutural. “Aquele lixão está contaminando nossos mananciais”, disse. “Resolvido este problema, passaremos para outras questões. Mas é preciso ter calma, trabalhar com uma coisa de cada vez.”